



Editorial | Multiplicidade de ações

A **Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)**, a mais antiga revista de História de Minas Gerais, continua a sua trajetória mantendo o propósito de seu criador, José Pedro Xavier da Veiga, de ser um veículo dedicado à publicação de estudos históricos sobre Minas Gerais. O novo projeto gráfico, inaugurado em 2005, “abriu as portas da revista para a modernidade”, nas palavras de seus idealizadores. A nova versão inovou em termos de projeto gráfico e de conteúdo, passando a veicular trabalhos resultantes de pesquisas universitárias nacionais e internacionais nas áreas de História e Arquivística, além de introduzir as seções de entrevista e de resenhas bibliográficas referentes à produção historiográfica sobre Minas Gerais e Brasil. A continuidade da **RAPM** tem sido possível graças ao dinamismo e apoio especial da secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, Eliane Parreiras, e ao patrocínio ininterrupto do Programa Cemig Cultural, desde 2005.

O presente número da **RAPM** é dedicado à temática *Bibliotecas, leitura e educação*, cujo dossiê contou com a coordenação de Luiz Carlos Villalta, professor associado do Departamento de História da Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a quem registramos os nossos agradecimentos. Ressaltamos também a entrevista concedida a Renato Pinto Venâncio e Marta Araújo pelo historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar, coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que traz a público a rica experiência daquela instituição.

Alguns projetos desenvolvidos durante o ano de 2012 pelo Arquivo Público Mineiro merecem destaque. Entre eles, vale mencionar a terceira etapa do *Projeto Memória da Administração do Estado de Minas Gerais – período 1889-1945*, iniciada em 2010, que contou com o indispensável apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Em 2012, foram organizados e descritos aproximadamente 250 mil páginas de documentos produzidos pela Chefia de Polícia, que estarão disponíveis para consulta nas salas do APM a partir de março do próximo ano.

O projeto *Conservação e Restauração do Acervo Documental da Câmara de Ouro Preto*, realizado graças à obtenção de recursos junto ao Edital de 2011 do Fundo Estadual de Direitos Difusos e com a participação

da Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, possibilitou a organização, microfilmagem, digitalização e disponibilização na internet, via Sistema Integrado de Acesso (SIA/APM), de um dos mais ricos fundos camarários do século XVIII e início do XIX. Trata-se de acervo formado por 230 livros e aproximadamente 54 metros lineares de documentação não encadernada, que se encontravam em estado precário de conservação. A fragilidade do suporte não permitia o acesso a parte significativa dessa documentação.

Ainda no plano da organização de arquivos públicos, cabe ressaltar o convênio de cooperação celebrado entre a Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para a realização da primeira etapa do processo de digitalização e disponibilização no SIA/APM da documentação textual do Fundo Assembleia Legislativa Provincial – 1831 a 1891. São cerca de 55 metros lineares de documentos. Somam-se à realização dos citados projetos, voltados para a documentação pública, a organização e descrição do arquivo pessoal de Pedro Aleixo, doado ao APM pelos familiares do titular. O acervo é composto de 40 caixas de documentos textuais e

cerca de 200 fotografias e já se encontra disponível para consulta nas salas do APM.

Em 24 de maio de 2012, o governador Antonio Anastasia promulgou o Decreto n. 45.969, regulamentando o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Nesse contexto de grande significado para a democratização do acesso à informação pública, o Arquivo Público Mineiro finaliza os procedimentos para elaboração de decreto estadual que regulamentará o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de arquivo para o Poder Executivo. Tais instrumentos de gestão de documentos, além de propiciar a classificação, avaliação e destinação dos documentos arquivísticos, potencializarão a implementação do referido decreto nos órgãos do Executivo estadual.

Registramos os nossos mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que participaram da concepção e produção de mais uma valiosa e belíssima edição da **RAPM**.

Vilma Moreira dos Santos
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

